



## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

### PARECER Nº. 1770/2024

#### DA 3ª COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ECONOMIA.

Processo nº. - 2943/24

Relator: Deputado SILVAN BARROS

#### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1181/2024, de autoria do Poder Executivo, propõe a abertura de crédito suplementar no valor de **R\$ 19.233.000,00 (dezenove milhões, duzentos e trinta e três mil reais)**, destinado à Defensoria Pública do Estado de Alagoas. A finalidade do crédito é reforçar dotações orçamentárias para a manutenção e aprimoramento das atividades institucionais da Defensoria, assegurando a continuidade dos serviços de assistência jurídica gratuita à população vulnerável.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão para análise de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, nos termos regimentais.

#### II – ANÁLISE TÉCNICA E ORÇAMENTÁRIA

A abertura do crédito suplementar está fundamentada no **inciso II do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**, que regulamenta a utilização de recursos para suplementação orçamentária. O presente crédito será custeado exclusivamente pelo **excesso de arrecadação**, conforme destacado na justificativa anexa ao projeto.

O excesso de arrecadação é oriundo do aumento da receita estadual em relação ao previsto na Lei Orçamentária Anual de 2024, o que demonstra uma gestão eficiente e eficaz na arrecadação tributária. Tal recurso adicional possibilita o reforço das dotações da Defensoria Pública sem comprometer o equilíbrio das contas públicas.

A análise da Secretaria de Planejamento e Gestão e da Secretaria de Estado de Fazenda confirmam a viabilidade técnica e fiscal da proposta, observando-se o cumprimento dos preceitos da **Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000)** e da **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2024**.

### III – CONCLUSÃO

Após análise detalhada, esta Comissão conclui que o Projeto de Lei nº 1181/2024 está em conformidade com a legislação vigente e atende aos princípios da eficiência e da transparência na gestão pública. O reforço orçamentário proporcionado pelo excesso de arrecadação demonstra um uso responsável dos recursos financeiros do Estado, com o objetivo de garantir a ampliação e a melhoria dos serviços prestados à população pela Defensoria Pública.



Assim, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE à aprovação do Projeto de Lei nº 1181/2024.

### IV – VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1181/2024, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de **R\$ 19.233.000,00 (dezenove milhões, duzentos e trinta e três mil reais)** para a Defensoria Pública do Estado de Alagoas, custeado pelo excesso de arrecadação, conforme previsto no texto do projeto.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, de novembro de 2024.

 - PRESIDENTE  
 - RELATOR  
